



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

PARECER EM 1º TURNO

PROJETO DE LEI N. 638/2023

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA

1. RELATÓRIO

Vem à Comissão de Legislação e Justiça em primeiro turno de discussão e votação nesta Casa Legislativa o Projeto de Lei n. 638/2023, de autoria dos Vereadores Marcos Crispim e Professora Marli, que *“Dispõe sobre a instalação de câmeras de monitoramento de segurança na rede municipal de ensino.”*

Devidamente instruído e recebido pelo Presidente desta Comissão, fui designada relatora, e é nesta condição que passo a fundamentar o presente parecer.

2. FUNDAMENTAÇÃO

O projeto em análise torna obrigatória a instalação de câmeras de monitoramento de segurança nas dependências das escolas públicas da rede própria de Belo Horizonte.

Como justificativa, expõe dentre outros argumentos que *“O crescente aumento da violência e sensação de insegurança têm contribuído para a necessidade da instalação de sistemas de monitoramento eletrônico das ações humanas, por meio de câmeras de vigilância. Como a violência, em suas diversas formas, tem marcado boa parte das escolas do país, a instalação de câmeras de vídeo monitoramento nas escolas e tem se tornado cada vez mais frequente em nosso país. Na Rede Municipal de Ensino de grandes Capitais, como Rio de Janeiro e São Paulo, bem como em algumas cidades do interior de São Paulo, as câmeras de monitoramento já são realidade e são realidades e estão trazendo benefícios aos municípios.”*

Após breve explanação do mérito, passo a análise que compete a esta Comissão, nos termos do art. 52, I, “a”, do Regimento Interno.

2.1. DA CONSTITUCIONALIDADE

Inicialmente importa frisar que a análise da constitucionalidade de determinada proposição corresponde a avaliação de compatibilidade desta com as regras e princípios, de

PROTOCOLIZADO CONFORME
DELIBERAÇÃO Nº 14/2021
DATA 28/08/2023
HORA 13:17



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

caráter procedimental, formal ou material previstos pela Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (CRFB), considerando-se sua pertinência em relação ao poder de iniciativa e à competência legislativa no âmbito do Poder em que se manifesta.

O reconhecimento da supremacia da Constituição da República e de sua força vinculante em relação aos Poderes Públicos torna inevitável a discussão sobre as formas e modos para sua legítima defesa e sobre a necessidade de Controle de Constitucionalidade dos atos do Poder Público, especialmente das leis e atos normativos.

Ao Poder Legislativo municipal cabe o controle de constitucionalidade preventivo, antes do nascimento jurídico da lei ou ato normativo, impedindo que o objeto contrário à Constituição Federal ou à Constituição Estadual contamine o ordenamento jurídico.

Dado que o sistema de ordenamento brasileiro moderno encontra fundamentos sob sua lei suprema, o controle de constitucionalidade faz-se premente e sobretudo cogente, já que o intuito é sanar as possíveis transgressões normativas.

Nesse sentido, verifica-se a competência municipal para legislar sobre o tema proposto, conforme dispõe o art. 30, incisos I e II da Constituição da República:

Art. 30. Compete aos Municípios:

I - legislar sobre assuntos de interesse local;

II - suplementar a legislação federal e a estadual no que couber;

Quanto à iniciativa para deflagrar o processo legislativo, em uma leitura mais apressada, o termo “obrigatoriedade” contido no caput do art. 1º do PL 638/2023, parece conferir vício de inconstitucionalidade à proposição, veja: “*Art. 1º - Torna obrigatória a instalação de câmeras de monitoramento de segurança nas dependências das escolas públicas municipais da rede própria de Belo Horizonte.*”

Porém, o STF firmou tese com Repercussão Geral a partir do resultado do ARE 878911 RG/RJ, que julgou constitucional a Lei 5.616/2013, elaborada pela Câmara Municipal do Rio de Janeiro, nos seguintes termos: “*não usurpa a competência privativa do Chefe do Poder Executivo lei que, embora crie despesa para a Administração, não trata da sua estrutura ou da atribuição de seus órgãos nem do regime jurídico de servidores públicos (art. 61, § 1º, II, “a”, “c” e “e”, da Constituição Federal).*”



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Confira abaixo o inteiro teor da decisão:

ARE 878911 RG/RJ

Órgão Julgador: Tribunal Pleno.

Relator: Min. Gilmar Mendes.

Julgamento: 29/09/2016. Publicação: 11/10/2016

Ementa

Recurso extraordinário com agravo. Repercussão geral. 2. Ação Direta de Inconstitucionalidade estadual. Lei 5.616/2013, do Município do Rio de Janeiro. Instalação de câmeras de monitoramento em escolas e cercanias. 3. Inconstitucionalidade formal. Vício de iniciativa. Competência privativa do Poder Executivo municipal. Não ocorrência. Não usurpa a competência privativa do chefe do Poder Executivo lei que, embora crie despesa para a Administração Pública, não trata da sua estrutura ou da atribuição de seus órgãos nem do regime jurídico de servidores públicos. 4. Repercussão geral reconhecida com reafirmação da jurisprudência desta Corte. 5. Recurso extraordinário provido.

Tema: 917 - Competência para iniciativa de lei municipal que preveja a obrigatoriedade de instalação de câmeras de segurança em escolas públicas municipais e cercanias.

Tese: não usurpa competência privativa do Chefe do Poder Executivo lei que, embora crie despesa para a Administração, não trata da sua estrutura ou da atribuição de seus órgãos nem do regime jurídico de servidores públicos (art. 61, § 1º, II, "a", "c" e "e", da Constituição Federal). Obs.: Redação da tese aprovada nos termos do item 2 da Ata da 12ª Sessão Administrativa do STF, realizada em 09/12/2015¹.

Veja que o Supremo Tribunal Federal não ficou apenas no aspecto generalista da questão. Ao fixar o Tema 917, a corte maior proporcionou um alargamento da competência de atuação das câmaras municipais. E mais, o conteúdo do Tema se amolda perfeitamente ao caso em exame, já que ele afirma sobre a **competência para iniciativa de lei municipal que preveja a obrigatoriedade de instalação de câmeras de segurança em escolas públicas municipais e cercanias.**

Cumprе salientar que, posteriormente o STF, no RE 386784 AgR², consolidou esse entendimento ao reafirmar a plena constitucionalidade do Poder Legislativo Municipal de legislar sobre a instalação de câmeras de segurança em escolas públicas.

1

https://jurisprudencia.stf.jus.br/pages/search?base=acordaos&pesquisa_inteiro_teor=false&sinonimo=true&plural=true&radicais=false&buscaExata=true&page=1&pageSize=10&queryString=camera%20escolas&sort=_score&sortBy=default

2

https://jurisprudencia.stf.jus.br/pages/search?base=acordaos&pesquisa_inteiro_teor=false&sinonimo=true&plural=true&radicais=false&buscaExata=true&page=1&pageSize=10&queryString=camera%20escolas&sort=_score&sortBy=default



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Disso se extrai que o Tema e a Tese expostas acima permanecem válidos até o presente momento. Tanto que o acórdão no RE 386784 considerou constitucional Lei do Rio de Janeiro que serviu de inspiração para o Projeto de Lei 638/2023: *“a linha da jurisprudência desta Corte, conheço do agravo para dar provimento ao recurso extraordinário e reformar o acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, a fim de declarar a constitucionalidade da Lei 5.616/2013, do Município do Rio de Janeiro.”*

Diante do exposto, não vislumbro vício de competência, de iniciativa ou violação aos princípios constitucionais, razão pela qual concluo pela constitucionalidade do Projeto de Lei n. 638/2023.

2.2. DA LEGALIDADE

A análise de legalidade consiste na verificação de compatibilidade da proposição com as leis gerais federais, as leis estaduais pertinentes e a Lei Orgânica Municipal.

O Projeto em tela pretende a obrigatoriedade da instalação de câmeras de monitoramento de segurança na rede municipal de ensino, porém não indica os custos, impacto financeiro e muito menos a dotação orçamentária de onde sairão os recursos para essa instalação.

Confira: Art. 4º do PL 638/2023: *As despesas com execução da presente lei correrão por conta de dotações próprias consignadas no orçamento vigente, suplementadas se necessário.*

Veja que o dispositivo citado é vago e não é adequado para suprir as necessidades dos arts. 15, 16 e 17, da Lei de Responsabilidade Fiscal 101/2000, que prevê a impossibilidade de se criar Lei sem prévia estimativa do impacto orçamentário-financeiro, veja:

Art. 15. Serão consideradas não autorizadas, irregulares e lesivas ao patrimônio público a geração de despesa ou assunção de obrigação que não atendam o disposto nos arts. 16 e 17.

Art. 16. A criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa será acompanhado de:

I - estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes;

II - declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias.

Resta evidente, portanto, que a aprovação da proposição onerará o erário sem que



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

tenha havido a necessária previsão das fontes suficientes para suportar o impacto orçamentário-financeiro gerado, implicando em afronta aos artigos 15 e 16 da Lei Complementar Federal n. 101/2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal.

Assim, mesmo tendo em vista a importância da temática, visando salvaguardar a segurança das crianças e adolescentes, entendo pela ilegalidade do Projeto de Lei n. 638/2023.

2.3. DA REGIMENTALIDADE

Por fim, verifica-se a regular tramitação e compatibilidade da proposição com os pressupostos regimentais de clareza e técnica legislativa, conforme dispõe os art. 98 e 99 do Regimento Interno, razão pela qual concluo pela regimentalidade do Projeto de Lei n. 638/2023.

3. CONCLUSÃO

Em face ao exposto, concluo pela constitucionalidade, ilegalidade e regimentalidade do Projeto de Lei n. 638/2023.

Belo Horizonte, 28 de agosto de 2023.

FERNANDA PEREIRA
ALTOE:04519898641

Assinado de forma digital por
FERNANDA PEREIRA
ALTOE:04519898641
Dados: 2023.08.28 13:13:50 -03'00'

Vereadora Fernanda Pereira Altoé

NOVO



DIRLEG

Fl.

CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTEPL Nº 385 / 2022**À COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA
Para Redação Final**

Em 16/08/2023,

WUU - 526

Seção de Apoio ao Plenário – Secple

Designo para a relatoria a vereadora/o vereador
Irlan Melo para emitir
parecer de redação final, nos termos e prazos regimentais.

Em 28 / 08 / 202347
Presidenta/Presidente da COMISSÃO



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Dirleg	Fl.

Comissão de Legislação e Justiça Parecer de redação final sobre o Projeto de Lei nº 385/22

Relatório

O Projeto de Lei nº 385/22, que “Institui a Política Municipal de Incentivo aos Cursinhos Populares e Comunitários”, de autoria das vereadoras Bella Gonçalves e Iza Lourença, foi aprovado pelo Plenário na forma da Subemenda nº 3 à Emenda nº 1 - Substitutivo - e retorna a esta comissão para elaboração da redação final.

Fundamentação

Foram promovidas adequações a normas gramaticais, a aspectos da técnica legislativa e a padrões deste Legislativo. Entre essas, cabe destacar:

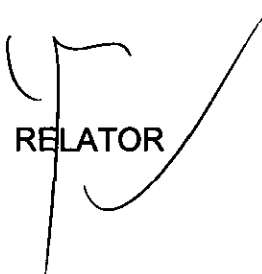
- a reformulação da ementa para conferir maior precisão ao resumo da matéria de que trata o projeto;
- a reformulação do texto do *caput* do art. 3º do projeto para conferir a ele clareza e precisão.

Tais adequações não implicam prejuízo ao conteúdo aprovado ou a seus efeitos.

Conclusão

Feitas essas considerações, submeto à apreciação desta comissão a proposta de redação final do Projeto de Lei nº 385/22.

Belo Horizonte, 28 / 08 / 23


RELATOR

COD. DIRLEG-ED/2023-11.07.56-007178-1



PROJETO DE LEI Nº 385/22

Cria a Política de Acesso ao Ensino Superior para Estudantes em Situação de Vulnerabilidade Social e Econômica.

A Câmara Municipal de Belo Horizonte decreta:

Art. 1º - Fica criada a Política de Acesso ao Ensino Superior para Estudantes em Situação de Vulnerabilidade Social e Econômica por meio de incentivo a cursinhos populares e comunitários.

Parágrafo único - Para os efeitos desta lei, considera-se cursinho popular e comunitário a entidade sem fins lucrativos que ofereça a estudantes em situação de vulnerabilidade social e econômica cursos preparatórios para o Exame Nacional do Ensino Médio - Enem - e para vestibulares.

Art. 2º - São objetivos da política de que trata esta lei:

I - incentivar a educação popular e promover o acesso de estudantes carentes ao ensino superior;

II - fomentar cursinhos populares e comunitários por meio de autorização de uso de espaços públicos adequados ao funcionamento de salas de aula;

III - desburocratizar procedimentos administrativos para a autorização de uso dos espaços públicos envolvidos nesta política de incentivo;

IV - promover a integração entre a comunidade e o poder público municipal.

Art. 3º - Na implementação da política de incentivo criada por esta lei, serão observadas as seguintes diretrizes:

I - uso dos espaços públicos, objeto da autorização de uso, em dias e horários em que esses estiverem ociosos;

II - não interferência no funcionamento normal e regular dos espaços públicos, objeto de autorização de uso;

III - zelo e cuidado com o patrimônio público na utilização dos espaços públicos, objeto de autorização de uso;



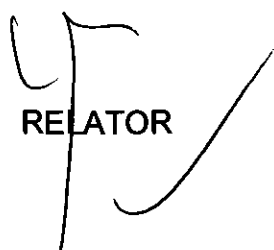
CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Dirleg	Fl.
--------	-----

IV - simplificação de procedimentos administrativos para autorização de uso de espaços públicos adequados ao funcionamento de cursinhos populares e comunitários.

Art. 4º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Belo Horizonte, 28 / 08 / 23


RELATOR

Avulsos distribuídos em ____/____/____
Aguardando emenda de redação final até ____/____/____
_____ DIVATO



DIRLEG

Fl.

CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTEPL Nº 560 / 2023**À COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA
Para Redação Final**

Em 16/08/2023,

UGM - 526
Seção de Apoio ao Plenário – Secple

Designo para a relatoria a vereadora/o vereador
Irlan Melo para emitir
parecer de redação final, nos termos e prazos regimentais.

Em 28 / 08 / 202317
Presidenta/Presidente da COMISSÃO



Comissão de Legislação e Justiça Parecer de redação final sobre o Projeto de Lei nº 560/23

Relatório

O Projeto de Lei nº 560/23, que “Institui no Município de Belo Horizonte o programa ‘Adote uma Escola’, no âmbito das unidades escolares do Município”, de autoria das vereadoras Femanda Pereira Altoé, Flávia Borja, Marcela Trópia e Professora Marli e dos vereadores Bráulio Lara, Irlan Melo, Jorge Santos, Professor Juliano Lopes e Rubão, foi aprovado pelo Plenário na forma da Emenda nº 1 - Substitutivo - e retorna a esta comissão para elaboração da redação final.

Fundamentação

Foram promovidas adequações a normas gramaticais, a aspectos da técnica legislativa e a padrões deste Legislativo que não impliquem prejuízo ao conteúdo aprovado ou a seus efeitos. Entre elas, cabe destacar:

- a renumeração dos incisos IV e V do § 1º do art. 1º como V e VI, para correção de erro material na numeração dos dispositivos;
- a reformulação parcial do § 1º do art. 1º, do *caput* dos arts. 2º e 3º e do art. 6º, para conferir-lhes maior clareza;
- a reformulação da ementa, para conferir-lhe maior clareza e concisão;
- a substituição do termo “sistema público de ensino municipal” por “Rede Municipal de Educação de Belo Horizonte - RME-BH”, conforme nomenclatura adotada pela Lei nº 10.917/16 - Plano Municipal de Educação de Belo Horizonte;
- a substituição dos termos “escolas municipais” e “escola” por “unidade escolar”, conforme § 1º do art. 1º, para manter a uniformidade lexical.

1-64760-03-04-11-2/08/RS-0310-1410



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Dirleg	Fl.

Conclusão

Feitas essas considerações, submeto à apreciação desta comissão a proposta de redação final do Projeto de Lei nº 560/23.

Belo Horizonte, 28 / 08 / 23


RELATOR



PROJETO DE LEI Nº 560/23

Institui o Programa Adote uma Escola, no Município.

A Câmara Municipal de Belo Horizonte decreta:

Art. 1º - Fica instituído, no Município, o Programa Adote uma Escola, com o objetivo de desenvolver parcerias com a iniciativa privada para a melhoria da estrutura da Rede Municipal de Educação de Belo Horizonte - RME-BH.

§ 1º - Poderão ser adotadas quaisquer unidades escolares da RME-BH, em sua totalidade ou parcialmente, inclusive os seguintes espaços:

- I - biblioteca;
- II - sala de aula;
- III - brinquedoteca;
- IV - laboratório;
- V - quadra de esportes;
- VI - outro espaço de atividade escolar da unidade.

§ 2º - O Programa Adote uma Escola não implicará interferência, de qualquer forma, na gestão didático-pedagógica e/ou administrativa das unidades escolares.

Art. 2º - A participação no programa de que trata esta lei será permitida a qualquer pessoa física ou jurídica e se dará por meio de:

- I - doação de equipamentos, livros, materiais, uniformes ou mobiliários novos;
- II - realização de obras de construção, manutenção, reforma ou ampliação de prédios escolares, observando-se sempre os requisitos essenciais de acessibilidade e sustentabilidade, bem como a prévia aprovação municipal;
- III - outras ações que visem beneficiar a estrutura das unidades escolares.

Parágrafo único - As obras de reforma e ampliação de que trata o inciso II deste artigo deverão ser realizadas em consonância com as necessidades elencadas e sugeridas pela direção da escola, bem como com a autorização do poder público municipal, por meio do órgão municipal competente para fins de autorização, fiscalização e licenciamento.

Art. 3º - A participação no programa de que trata esta lei será formalizada mediante termo de ajuste firmado entre o adotante e o Executivo, por meio da Secretaria Municipal de Educação.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Dirleg	Fl.
--------	-----

§ 1º - A cooperação no âmbito do programa de que trata esta lei não implicará ônus de qualquer natureza para o poder público municipal nem concederá qualquer incentivo fiscal aos adotantes.

§ 2º - O termo de ajuste a que se refere o *caput* deste artigo será firmado por prazo determinado, podendo ser renovado pelo mesmo período, desde que o adotante tenha cumprido, comprovadamente, com as obrigações assumidas para o período.

§ 3º - Ficando constatado que o adotante não vem cumprindo com os compromissos assumidos, poderá ser rescindido o termo de ajuste, sem necessidade de prévio aviso.

Art. 4º - As ações do Programa Adote uma Escola serão elaboradas e implementadas de forma colaborativa, com a participação ativa da comunidade escolar.

§ 1º - Serão promovidos canais de comunicação efetivos e acessíveis para envolver e engajar a comunidade escolar no programa de que trata esta lei.

§ 2º - As escolas serão incentivadas a criar espaços de participação e de governança compartilhada, como conselhos escolares ou comissões de pais e alunos, a fim de fortalecer a representatividade da comunidade escolar e a tomada de decisões conjunta no âmbito do programa de que trata esta lei.

Art. 5º - Os adotantes a que se refere esta lei poderão divulgar, para fins promocionais, publicitários e educativos, as ações praticadas em benefício da unidade escolar adotada.

Art. 6º - Fica autorizada a realização de campanhas e ações de incentivo à adesão ao programa instituído por esta lei.

Art. 7º - O Executivo regulamentará esta lei, no que couber.

Art. 8º - Fica revogada a Lei nº 10.939, de 28 de junho de 2016.

Art. 9º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Belo Horizonte, 28 / 08 / 23

RELATOR

Avulsos distribuídos em
____/____/____
Aguardando emenda de redação final até
____/____/____
DIVATO



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Dirleg	Fl.

PARECER EM TURNO ÚNICO SOBRE O PROJETO DE LEI Nº 624/2023 COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA

VOTO DO RELATOR

RELATÓRIO

Foi apresentado a esta Casa Legislativa, o Projeto de Lei nº 624/2023 de autoria do Vereador Jorge Santos, que "Dá o nome de Rua Adair Vieira Costa à Rua Seiscentos e Vinte e Três, no Bairro Lagoa". Nos termos do art. 52, I, "b", do Regimento Interno, foi o mesmo distribuído a esta Comissão de Legislação e Justiça, sendo a mesma incumbida de avaliar o Projeto sob o aspecto jurídico e de mérito. Fui designado relator para exame da matéria e nessa condição, emito o presente voto, em conformidade com os termos regimentais.

Fundamentação

Em sentido amplo, a análise da juridicidade de uma proposição envolve sua conformidade com a Constituição Federal e Estadual, com todo o ordenamento jurídico, verificando a presença dos atributos da norma legal, da legalidade e da aderência aos princípios jurídicos e, por fim, sua consonância com o Regimento da Casa legislativa onde a proposição tramita.

Da Constitucionalidade

Feitas essas considerações iniciais, passo à análise de constitucionalidade do PL 624/2023, sob o foco da iniciativa para elaboração da proposição. Cada Poder tem a esfera de sua competência exclusiva, privativa ou concorrente delimitada

PROTOCOLIZADO CONFORME
DELIBERAÇÃO Nº 14/2021
DATA 21/08/23
HORA 11:37



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Dirleg	Fl.

expressamente na Constituição Federal, e no que diz respeito aos municípios, temos o seguinte:

Art. 30. Compete aos Municípios:

I - legislar sobre assuntos de interesse local;

II - suplementar a legislação federal e a estadual no que couber;

Depreende-se da leitura dos dispositivos citados que cabe aos Municípios legislar sobre o tema em questão. Observação semelhante se faz em relação à nossa Constituição Estadual:

Art. 165 - Os Municípios do Estado de Minas Gerais integram a República Federativa do Brasil.

§ 1º - O Município, dotado de autonomia política, administrativa e financeira, organiza-se e rege-se por sua Lei Orgânica e demais leis que adotar, observados os princípios da Constituição da República e os desta Constituição.

§ 2º - Ao Município incumbe gerir interesses da população situada em área contínua do território do Estado, de extensão variável, delimitada em lei.

O Município exerce, em seu território, competência privativa e comum ou suplementar, a ele atribuída pela Constituição da República e pela Constituição Estadual. Assim, é outorgado aos municípios a competência para legislar acerca do tema objeto do Projeto.

Quanto ao aspecto material da constitucionalidade, o Projeto observa os princípios constitucionais, dentre os quais o princípio da separação dos poderes:

Art. 2º São Poderes da União, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário.

Tal entendimento também é ratificado pelos art. 6º da Constituição do Estado de Minas Gerais:



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Dirleg	Fl.

Art. 6º - São Poderes do Estado, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário.

Parágrafo único – Ressalvados os casos previstos nesta Constituição, é vedado a qualquer dos Poderes delegar atribuição e, a quem for investido na função de um deles, exercer a de outro.

Este princípio tem como pilares a independência e a harmonia, no sentido de que cada Poder tem a sua esfera de atuação preponderante, sem que possa ingressar na esfera de atuação preponderante de outro Poder.

Assim, atendendo ao aspecto relacionado à competência e à iniciativa, bem como por estar de acordo com o conteúdo da Carta Magna e da Constituição Estadual, entendo pela constitucionalidade do Projeto de Lei nº 624/2023.

Da Legalidade

A legalidade pressupõe a concordância das proposições legislativas à Lei, assim temos que atos legislativos devem estar em acordo com as normas superiores e ser adequados as mesmas, incluindo-se aí a Lei Orgânica do Município de Belo Horizonte — LOMBH.

No âmbito da legislação municipal, o PL 624/2023 respeita as determinações constantes nos artigos 17, 21, 22, 24 e 29 da Lei 9.691/09 que "Dispõe sobre identificação de próprio público, de passagem, de bairro, de distrito e de imóvel urbano e dá outras providências", tendo em vista que o mesmo foi instruído conforme os requisitos exigidos e atende aos preceitos estabelecidos pelo diploma legal, conforme resposta à Proposta de Diligência ao Projeto de Lei nº 624/2023 encaminhada pelo ofício Dirleg nº 5.893/23, de 19/07/2023.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Dirleg	Fl.

Por fim, em referência a vedação prevista no artigo 29 da Lei 9.691/2009, que proíbe modificar nome que tenha sido oficialmente outorgado há mais de 10 anos a próprio público, não há aplicação uma vez que o atual nome da rua se trata de uma numeração.

O PL 624/2023 também não contraria quaisquer das disposições constantes nos artigos 83 a 90 da LOMBH que dizem respeito a iniciativa do Prefeito, e está em sintonia com os artigos. 7 e 11 do citado diploma:

Art. 7º - O Município exerce sua autonomia, especialmente, ao:

II – legislar sobre assuntos de interesse local e suplementar as legislações federal e estadual no que couber;

Art. 11 - Compete ao Município prover a tudo quanto respeite ao seu interesse local.

Assim, concluo pela legalidade do PL 624/2023.

Da Regimentalidade

O PL 624/2023 está instruído corretamente e de acordo com o Regimento Interno, haja vista os preceitos insculpidos nos artigos. 99, 106 e 107 do referido diploma legal desta Casa Legislativa, não apresentando quaisquer impedimentos regimentais que impeçam o seu normal transcurso no processo legislativo municipal. Verifica-se que o mesmo atende os aspectos da clareza, técnica legislativa e estilo parlamentar, razão pela qual concluo pela regimentalidade do PL 624/2023.

Do Mérito

Conforme disposto no art. 52, I, b, do Regimento Interno, é da competência desta Comissão que seja analisado o mérito dos projetos de lei que disponham sobre



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Dirleg	Fl.
--------	-----

"denominação de próprios públicos, declaração de utilidade pública, concessão de homenagens cívicas e definição de datas comemorativas", tornando este parecer conclusivo.

A mudança do nome do próprio público sugerida tem motivo justo, tendo por justas as razões e as informações apresentadas pelo autor em sua justificativa, consideramos ser devida a homenagem que se pretende fazer a Adair Vieira Costa.

Dito isto, no que diz respeito ao exame do mérito, opino pela aprovação do Projeto de Lei nº 624/2023.

Conclusão

Assim, ante as razões expostas, opino pela constitucionalidade, legalidade, regimentalidade e **aprovação** do Projeto de Lei nº 624/2023.

Belo Horizonte, 24 de agosto de 2023.

SERGIO FERNANDO
PEREIRA DE PINHO
TAVARES:84315520691

Assinado de forma digital por
SERGIO FERNANDO PEREIRA DE
PINHO TAVARES:84315520691
Dados: 2023.08.24 11:33:24 -03'00'

Vereador Sérgio Fernando Pinho Tavares



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Dirleg	Fl.
--------	-----

PARECER EM TURNO ÚNICO SOBRE O PROJETO DE LEI Nº 628/2023 COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA

VOTO DO RELATOR

RELATÓRIO

Foi apresentado a esta Casa Legislativa, o Projeto de Lei nº 628/2023 de autoria do Vereador Bruno Miranda, que "Dá o nome de Jorge da Silveira à praça Quatro Mil Duzentos e Noventa e Um, localizada na Rua Marcos Donato de Lima, em trecho compreendido entre Rua Ewerton Camargos Gazolla e Rua Monte Sion, no Bairro Ribeiro de Abreu." Nos termos do art. 52, I, "b", do Regimento Interno, foi o mesmo distribuído a esta Comissão de Legislação e Justiça, sendo a mesma incumbida de avaliar o Projeto sob o aspecto jurídico e de mérito. Fui designado relator para exame da matéria e nessa condição, emito o presente voto, em conformidade com os termos regimentais.

Fundamentação

Em sentido amplo, a análise da juridicidade de uma proposição envolve sua conformidade com a Constituição Federal e Estadual, com todo o ordenamento jurídico, verificando a presença dos atributos da norma legal, da legalidade e da aderência aos princípios jurídicos e, por fim, sua consonância com o Regimento da Casa legislativa onde a proposição tramita.

Da Constitucionalidade

PROTOCOLIZADO CONFORME
DELIBERAÇÃO Nº 14/2021
DATA 24/08/23
HORA 11:38



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Dirleg	Fl.

Feitas essas considerações iniciais, passo à análise de constitucionalidade do PL 628/2023, sob o foco da iniciativa para elaboração da proposição. Cada Poder tem a esfera de sua competência exclusiva, privativa ou concorrente delimitada expressamente na Constituição Federal, e no que diz respeito aos municípios, temos o seguinte:

Art. 30. Compete aos Municípios:

I - legislar sobre assuntos de interesse local;

II - suplementar a legislação federal e a estadual no que couber;

Depreende-se da leitura dos dispositivos citados que cabe aos Municípios legislar sobre o tema em questão. Observação semelhante se faz em relação à nossa Constituição Estadual:

Art. 165 - Os Municípios do Estado de Minas Gerais integram a República Federativa do Brasil.

§ 1º - O Município, dotado de autonomia política, administrativa e financeira, organiza-se e rege-se por sua Lei Orgânica e demais leis que adotar, observados os princípios da Constituição da República e os desta Constituição.

§ 2º - Ao Município incumbe gerir interesses da população situada em área contínua do território do Estado, de extensão variável, delimitada em lei.

O Município exerce, em seu território, competência privativa e comum ou suplementar, a ele atribuída pela Constituição da República e pela Constituição Estadual. Assim, é outorgado aos municípios a competência para legislar acerca do tema objeto do Projeto.

Quanto ao aspecto material da constitucionalidade, o Projeto observa os princípios constitucionais, dentre os quais o princípio da separação dos poderes:



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Dirleg	Fl.

Art. 2º São Poderes da União, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário.

Tal entendimento também é ratificado pelos art. 6º da Constituição do Estado de Minas Gerais:

Art. 6º - São Poderes do Estado, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário.

Parágrafo único – Ressalvados os casos previstos nesta Constituição, é vedado a qualquer dos Poderes delegar atribuição e, a quem for investido na função de um deles, exercer a de outro.

Este princípio tem como pilares a independência e a harmonia, no sentido de que cada Poder tem a sua esfera de atuação preponderante, sem que possa ingressar na esfera de atuação preponderante de outro Poder.

Assim, atendendo ao aspecto relacionado à competência e à iniciativa, bem como por estar de acordo com o conteúdo da Carta Magna e da Constituição Estadual, entendo pela constitucionalidade do Projeto de Lei nº 628/2023.

Da Legalidade

A legalidade pressupõe a concordância das proposições legislativas à Lei, assim temos que atos legislativos devem estar em acordo com as normas superiores e ser adequados as mesmas, incluindo-se aí a Lei Orgânica do Município de Belo Horizonte — LOMBH.

No âmbito da legislação municipal, o PL 628/2023 respeita as determinações constantes nos artigos 17, 21, 22, 24 e 29 da Lei 9.691/09 que "Dispõe sobre identificação de próprio público, de passagem, de bairro, de distrito e de imóvel urbano e dá outras providências", tendo em vista que o mesmo foi instruído conforme os



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Dirleg	Fl.

requisitos exigidos e atende aos preceitos estabelecidos pelo diploma legal, conforme resposta à Proposta de Diligência ao Projeto de Lei nº 628/2023 encaminhada pelo ofício Dirleg nº 5.895/23, de 19/07/2023.

Por fim, em referência a vedação prevista no artigo 29 da Lei 9.691/2009, que proíbe modificar nome que tenha sido oficialmente outorgado há mais de 10 anos a próprio público, não há aplicação uma vez que o atual nome da rua se trata de uma numeração.

O PL 628/2023 também não contraria quaisquer das disposições constantes nos artigos 83 a 90 da LOMBH que dizem respeito a iniciativa do Prefeito, e está em sintonia com os artigos. 7 e 11 do citado diploma:

Art. 7º - O Município exerce sua autonomia, especialmente, ao:

II – legislar sobre assuntos de interesse local e suplementar as legislações federal e estadual no que couber;

Art. 11 - Compete ao Município prover a tudo quanto respeite ao seu interesse local.

Assim, concluo pela legalidade do PL 628/2023.

Da Regimentalidade

O PL 628/2023 está instruído corretamente e de acordo com o Regimento Interno, haja vista os preceitos insculpidos nos artigos. 99, 106 e 107 do referido diploma legal desta Casa Legislativa, não apresentando quaisquer impedimentos regimentais que impeçam o seu normal transcurso no processo legislativo municipal. Verifica-se que o mesmo atende os aspectos da clareza, técnica legislativa e estilo parlamentar, razão pela qual concluo pela regimentalidade do PL 628/2023.



Do Mérito

Conforme disposto no art. 52, I, b, do Regimento Interno, é da competência desta Comissão que seja analisado o mérito dos projetos de lei que disponham sobre "denominação de próprios públicos, declaração de utilidade pública, concessão de homenagens cívicas e definição de datas comemorativas", tornando este parecer conclusivo.

A mudança do nome do próprio público sugerida tem motivo justo, tendo por justas as razões e as informações apresentadas pelo autor em sua justificativa, consideramos ser devida a homenagem que se pretende fazer a Jorge da Silveira.

Dito isto, no que diz respeito ao exame do mérito, opino pela aprovação do Projeto de Lei nº 628/2023.

Conclusão

Assim, ante as razões expostas, opino pela constitucionalidade, legalidade, regimentalidade e **aprovação** do Projeto de Lei nº 628/2023.

Belo Horizonte, 24 de agosto de 2023.

SERGIO FERNANDO PEREIRA DE PINHO
TAVARES:84315520691
91

Assinado de forma digital por
SERGIO FERNANDO PEREIRA
DE PINHO
TAVARES:84315520691
Dados: 2023.08.24 11:31:00
-03'00'

Vereador Sérgio Fernando Pinho Tavares



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA

PARECER EM TURNO ÚNICO - PROJETO DE LEI N° 630/2023

VOTO DO RELATOR

1 - RELATÓRIO

Foi apresentado a esta Casa Legislativa, o Projeto de Lei 630/2023 de autoria do nobre Vereador Bráulio Lara, que " Dá o nome de Via de Pedestre Dona Leleia Cavalcanti à Passagem 1, no Bairro São Bento".

Nos termos do art. 52, I, "b", do Regimento Interno, foi o mesmo distribuído a esta Comissão de Legislação e Justiça, sendo a mesma incumbida de avaliar o Projeto sob o aspecto jurídico e de mérito.

Fui designado relator para exame da matéria e nessa condição, emito o presente voto, tudo em conformidade com os termos regimentais.

2- FUNDAMENTAÇÃO

Antes de adentrarmos na análise do Projeto propriamente dito, cumpre salientar que fora encaminhada proposta de diligência pela Comissão de Legislação e Justiça ao Poder Executivo, a fim de que o mesmo emitisse parecer acerca da existência de eventual impedimento à pretendida nomeação de próprio público, nos termos da Lei 9.691/2009.

PROTOCOLIZADO CONFORME
DELIBERAÇÃO Nº 14/2021
DATA 23/08/23
HORA 12:00



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Nos termos da resposta constante às fls. 17-23 dos autos do Projeto, verifica-se que a Superintendência de Desenvolvimento da Capital – SUDECAP informou: “após consulta ao Plano de Obras do município e aos controles de acompanhamento de demandas da Gerência de Planejamento Integrado de Empreendimentos — GPLEM-SD e Gerência de Controle de Empreendimentos — GECEM-SD, não foram encontrados empreendimentos para o local em questão”.

Já a Secretaria Municipal de Política Urbana - SMPU conclui: “não há impedimento para a adoção do nome de “Via de Pedestre Dona Leleia Cavalcanti à Passagem 1, no Bairro São Bento”

Por último a SUBSECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA - SUALOG informou: “Em atenção ao ticket referenciado, informamos que se trata de imóvel de propriedade municipal, conforme inciso I, art. 4 da Lei 9691/2009”

2.1 - DA CONSTITUCIONALIDADE

Nesse tópico, analisaremos se o presente Projeto está em conformidade com as normas e as leis do ordenamento jurídico pátrio.

A chamada inconstitucionalidade por ação (cuja presença será avaliada nesta oportunidade) ocorre com a produção de atos legislativos que contrariem normas ou princípios da Constituição, uma vez que deve haver uma compatibilidade vertical das normas da ordem jurídica de um país, no sentido que as normas de grau inferior (no caso, as Leis Municipais) somente terão validade se forem compatíveis com a de norma superior, a Constituição (Federal e Estadual).

A incompatibilidade das Leis Municipais (normas inferiores) com a Constituição (norma superior), pode se dar sob dois aspectos, formal e material.

A inconstitucionalidade formal refere-se ao procedimento ou forma de elaboração da norma. A inconstitucionalidade ocorre pelo desrespeito das regras previstas na constituição para a criação de uma Lei ou norma (processo legislativo). Temos que o vício formal que ocorre com mais frequência é o vício de iniciativa, no qual um projeto de lei que



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

versa sobre matéria privativa ou reservada a um determinado ente ou autoridade é proposto por quem não tem a competência para tanto. O vício formal é aquele que atinge o ato em seu processo de elaboração.

A inconstitucionalidade material ocorre quando o teor das Leis contraria precelto ou princípio da Constituição, isto é, está em desacordo com suas disposições, violando direitos e garantias fundamentais, contrariando dispositivos que tratam da estrutura do Estado e da organização dos Poderes.

Cada Poder tem a esfera de sua competência exclusiva, privativa ou concorrente delimitada expressamente na Constituição Federal e no que diz respeito aos municípios, temos o seguinte:

Art. 30. Compete aos Municípios:

- I - legislar sobre assuntos de interesse local;
- II - suplementar a legislação federal e a estadual no que couber;

Depreende-se da leitura dos dispositivos citados que cabe aos municípios, legislar de maneira concorrente sobre o tema em questão.

Observação semelhante se faz em relação à nossa Constituição Mineira:

Art. 165 - Os Municípios do Estado de Minas Gerais integram a República Federativa do Brasil.

§ 1º - O Município, dotado de autonomia política, administrativa e financeira, organiza-se e rege-se por sua Lei Orgânica e demais leis que adotar, observados os princípios da Constituição da República e os desta Constituição.

§ 2º -Ao Município incumbe gerir interesses da população situada em área contínua do território do Estado, de extensão variável, delimitada em lei.

Art. 169 - O Município exerce, em seu território, competência privativa e comum ou suplementar, a ele atribuída pela Constituição da República e por esta Constituição.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Assim, semelhantemente em nível Estadual, é outorgado aos municípios a competência para legislar acerca do tema objeto do Projeto.

Já no art. 2º da nossa Carta Magna está consagrado o princípio da separação dos poderes:

Art. 2º São Poderes da União, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário.

Tal entendimento também é ratificado pelos arts. 6º e 173, 6º da Constituição do Estado de Minas Gerais:

Art. 6º - São Poderes do Estado, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário.

Parágrafo único - Ressalvados os casos previstos nesta Constituição, é vedado a qualquer dos Poderes delegar atribuição e, a quem for investido na função de um deles, exercer a de outro.

Art. 173 - São Poderes do Município, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo e o Executivo.

§ 1º - Ressalvados os casos previstos nesta Constituição, é vedado a qualquer dos Poderes delegar atribuições, e, a quem for investido na função de um deles, exercer a de outro.

Este princípio tem como pilares a independência e a harmonia, no sentido de que cada Poder tem a sua esfera de atuação preponderante, sem que possa ingressar na esfera de atuação preponderante de outro Poder.

Cada Poder tem a esfera de sua competência exclusiva ou privativa delimitada expressamente pela Constituição Federal.

Tendo em vista tais disposições e em análise ao conteúdo do Projeto de Lei 630/2023, verifica-se que o mesmo não adentra em matéria de competência privativa do Executivo.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Assim, por não violar a competência dos demais entes federativos, conforme se depreende da leitura dos dispositivos constitucionais, atendendo, dessa forma, a observância ao aspecto relacionado a competência e à iniciativa, bem como por estar de acordo com o conteúdo da Carta Magna e da Constituição Estadual, entendo pela **constitucionalidade** do Projeto de Lei 630/2023.

2.2 – DA LEGALIDADE

Para que a lei seja considerada como norma legal, a mesma deve possuir determinadas características/atributos, quais sejam para o caso em espécie, a novidade e a generalidade. Isso porque o PL 630/2023, inova, ao pretender a outorga de novo nome ao próprio público e é dotado de generalidade, pois suas disposições valem para qualquer um, sem distinção de qualquer natureza entre os indivíduos para os quais se destina.

Pela legalidade, os atos legislativos devem estar em acordo com as leis vigentes, ser adequados as mesmas e devem ser verticalmente congruentes ao arcabouço legal nos níveis federal e estadual (Minas Gerais). Assim, além de estar em sintonia com as legislações superiores, temos que o PL 630/2023 está em sintonia com os arts. 7º e 11 da Lei Orgânica do Município de Belo Horizonte - LOMBH:

Art. 7º - O Município exerce sua autonomia, especialmente, ao:

II - legislar sobre assuntos de interesse local e suplementar as legislações federal e estadual no que couber;

Art. 11 - Compete ao Município prover a tudo quanto respeite ao seu interesse local.

Assim, temos que em conformidade com a Lei 9.691/09, o PL 630/23 respeita as determinações constantes na mesma, tendo em vista que o mesmo foi instruído em conformidade com o art. 24 e, também, não contraria os impedimentos previstos nos artigos 21, 22 e especialmente nos arts. 29 e 30 da Lei:



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Os princípios jurídicos ou princípios gerais de direito são axiomas normativos de valor genérico que orientam a compreensão do ordenamento jurídico, para sua aplicação, integração e para a criação de novas normas.

Os ramos do Direito possuem princípios específicos que os caracterizam, os quais, portanto, devem ser observados pelas proposições legislativas.

No que concerne a matéria tratada pelo Projeto de Lei 630/2023, verifica-se que o mesmo respeita os princípios jurídicos, dentre os quais destacamos o da impessoalidade, que estabelece o dever de imparcialidade no trato do interesse público, impedindo discriminações e privilégios indevidamente dispensados a particulares no exercício da função administrativa, evidenciado por se tratar de homenagem a pessoa falecida.

De tal modo, entendo pela **legalidade** do Projeto de Lei n. 630/2023.

2.3. DA REGIMENTALIDADE

Por fim, verifica-se a regular tramitação e compatibilidade da proposição com os pressupostos regimentais de clareza e técnica legislativa, conforme dispõe os art. 98 e 99 do Regimento Interno, razão pela qual concluo pela **regimentalidade** do Projeto de Lei n. 630/2023.

2.4 – DO MÉRITO

Conforme disposto no art. 52, I, b, do Regimento Interno, é da competência desta Comissão que seja analisado o mérito dos projetos de lei que disponham sobre "denominação de próprios públicos, declaração de utilidade pública concessão de homenagens cívicas e definição de datas comemorativas", tornando este parecer conclusivo.

Quando um logradouro público não possui nome, atrapalha a vida da população que ali habita, trabalha ou por ali transita. Em função da popularização dos geolocalizadores



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

(GPS), reforçada pela demanda criada pelo e-commerce, pelos aplicativos de entregas e caronas, o nome da rua é imprescindível para a vida cotidiana do cidadão e sua dignidade

Quanto a análise de mérito segue pautada nos princípios e valores baseados na economicidade e racionalidade legislativas, no mérito, reconhecemos a importância que pretende dar nome para uma via que não possui denominação, mas apenas identificação numérica.

Dito isto, no que diz respeito ao exame do mérito, opino pela **aprovação** do Projeto de Lei 630/2022.

3- CONCLUSÃO

Ante o exposto, manifesto pela **constitucionalidade, legalidade, regimentalidade e aprovação** do Projeto de Lei 630/2023.

Belo Horizonte, 28 de agosto de 2023

RAMON
BAPTISTA
BIBIANO:
49531867
615

Assinado de
forma digital por
RAMON BAPTISTA
BIBIANO:4953186
7615
Dados: 2023.08.28
11:58:25 -03'00'

Vereador Ramon Bibiano da Casa de Apoio

Relator



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Dirleg	Fl.

Proposta de Diligência ao Projeto de Lei nº 634/2023 – Turno único

Comissão de Legislação e Justiça

Proponho que o Projeto de Lei nº 634/2023, de autoria do Ver. Professor Juliano Lopes, seja baixado em diligência, nos termos do art. 86, II, do Regimento Interno, ao Sr. Fuad Noman, Prefeito do Município de Belo Horizonte, com o objetivo de obter esclarecimentos sobre os seguintes aspectos do projeto:

- 1) A pessoa que se deseja homenagear com a denominação do próprio público foi condenada judicialmente por crime hediondo, por crime contra o estado democrático, a administração pública ou os direitos individuais?
- 2) Existe duplicidade de denominação de próprio público, a qual se entende por outorgar, tais como:
 - I - o mesmo nome a mais de um próprio público, a mais de uma passagem ou a mais de um bairro;
 - II - o mesmo nome a um logradouro oficial e a uma passagem;
 - III - mais de um nome ao mesmo próprio público, à mesma passagem ou ao mesmo bairro;
 - IV - denominação que se refira à mesma pessoa ou a entidade, fato, data e outros, nos casos a que se referem os incisos I, II e III do artigo 22 da Lei 9.691 de 19 de janeiro de 2009, ainda que sejam utilizadas palavras ou expressões distintas.
- 3) Foi observado o art. 24 e 25 da Lei 9.691/2009 na proposição em tela?

Belo Horizonte, 28 de agosto de 2023

RAMON
BAPTISTA
BIBIANO:4
95318676
15

Assinado de forma
digital por RAMON
BAPTISTA
BIBIANO:49531867
615
Dados: 2023.08.28
09:22:50 -03'00'

Vereador Ramon Bibiano da Casa de Apoio
Relator

PROTOCOLIZADO CONFORME
DELIBERAÇÃO Nº 14/2023
DATA 28/08/23
HORA 10:06



Proposta de Diligência ao Projeto de Lei nº 635/2023 – Turno único

Comissão de Legislação e Justiça

Proponho que o Projeto de Lei nº 635/2023, de autoria do Ver. Wagner Ferreira, seja baixado em diligência, nos termos do art. 86, II, do Regimento Interno, ao Sr. Fuad Noman, Prefeito do Município de Belo Horizonte, com o objetivo de obter esclarecimentos sobre os seguintes aspectos do projeto:

- 1) A pessoa que se deseja homenagear com a denominação do próprio público foi condenada judicialmente por crime hediondo, por crime contra o estado democrático, a administração pública ou os direitos individuais?
- 2) Existe duplicidade de denominação de próprio público, a qual se entende por outorgar, tais como:
 - I - o mesmo nome a mais de um próprio público, a mais de uma passagem ou a mais de um bairro;
 - II - o mesmo nome a um logradouro oficial e a uma passagem;
 - III - mais de um nome ao mesmo próprio público, à mesma passagem ou ao mesmo bairro;
 - IV - denominação que se refira à mesma pessoa ou a entidade, fato, data e outros, nos casos a que se referem os incisos I, II e III do artigo 22 da Lei 9.691 de 19 de janeiro de 2009, ainda que sejam utilizadas palavras ou expressões distintas.
- 3) Foi observado o art. 24 e 25 da Lei 9.691/2009 na proposição em tela?

Belo Horizonte, 28 de agosto de 2023

RAMON
BAPTISTA
BIBIANO:49
531867615

Assinado de forma
digital por RAMON
BAPTISTA
BIBIANO:49531867
615
Dados: 2023.08.28
11:17:42 -03'00'

Vereador Ramon Bibiano da Casa de Apoio
Relator

PROTOCOLIZADO CONFORME
DELIBERAÇÃO Nº 14/2021
DATA 28.08.23
HORA 11:20



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Dirleg	Fl.

Proposta de Diligência ao Projeto de Lei nº 637/2023 – Turno único

Comissão de Legislação e Justiça

Proponho que o Projeto de Lei nº 637/2023, de autoria do Ver. Henrique Braga, seja baixado em diligência, nos termos do art. 86, II, do Regimento Interno, ao Sr. Fuad Noman, Prefeito do Município de Belo Horizonte, com o objetivo de obter esclarecimentos sobre os seguintes aspectos do projeto:

1) A pessoa que se deseja homenagear com a denominação do próprio público foi condenada judicialmente por crime hediondo, por crime contra o estado democrático, a administração pública ou os direitos individuais?

2) Existe duplicidade de denominação de próprio público, a qual se entende por outorgar, tais como:

I - o mesmo nome a mais de um próprio público, a mais de uma passagem ou a mais de um bairro;

II - o mesmo nome a um logradouro oficial e a uma passagem;

III - mais de um nome ao mesmo próprio público, à mesma passagem ou ao mesmo bairro;

IV - denominação que se refira à mesma pessoa ou a entidade, fato, data e outros, nos casos a que se referem os incisos I, II e III do artigo 22 da Lei 9.691 de 19 de janeiro de 2009, ainda que sejam utilizadas palavras ou expressões distintas.

3) Foi observado o art. 24 e 25 da Lei 9.691/2009 na proposição em tela?

Belo Horizonte, 28 de agosto de 2023

RAMON
BAPTISTA
BIBIANO:49
531867615

Assinado de forma
digital por RAMON
BAPTISTA
BIBIANO:495318676
15
Dados: 2023.08.28
11:11:01 -03'00'

Vereador Ramon Bibiano da Casa de Apoio
Relator

PROTOCOLIZADO CONFORME
DELIBERAÇÃO Nº 14/2021
DATA: 28.08.23
HORA: 11:10

**PROPOSTA DE DILIGÊNCIA AO PROJETO DE LEI Nº 640/2023****COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA****TURNO ÚNICO**

Proponho que o Projeto de Lei nº **640/2023**, de autoria do nobre vereador Bráulio Lara que visa nomear como Praça **Reitor Ney Soares** a Praça Cinco Mil e Setenta e Dois, código 313870, conforme planta CP255001M, no Bairro Buritis, seja baixado em diligência, nos termos do art. 86, II, do Regimento Interno, ao Sr. Fuad Noman, Prefeito do Município de Belo Horizonte, com o objetivo de obter esclarecimentos sobre os seguintes aspectos do projeto :

1) A pessoa que se deseja homenagear com a denominação do próprio público foi condenada judicialmente por crime hediondo, por crime contra o estado democrático, a administração pública ou os direitos individuais ?

2) Existe duplicidade de denominação de próprio público, a qual se entende por outorgar, tais como:

I - o mesmo nome a mais de um próprio público, a mais de uma passagem ou a mais de um bairro;

II - o mesmo nome a um logradouro oficial e a uma passagem;

III - mais de um nome ao mesmo próprio público, à mesma passagem ou ao mesmo bairro;

IV - denominação que se refira à mesma pessoa ou a entidade, fato, data e outros, nos casos a que se referem os incisos I, II e III do artigo 22 da Lei 9.691 de 19 de janeiro de 2009, ainda que sejam utilizadas palavras ou expressões distintas.

DIRLEG-25/ago/23-14:04 33-007168-1



3) *Foram observados os arts. 21, 22, 24, 25 e 29 da Lei 9.691/2009 na proposição em tela ?*

4) *Por fim, existe algum aspecto não listado aqui e que constitua em impedimento à denominação ora pretendida ?*

Belo Horizonte, 25 de agosto de 2023.


VEREADOR JORGE SANTOS

Relator



PROPOSTA DE DILIGÊNCIA AO PROJETO DE LEI Nº 641/2023
COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA
TURNO ÚNICO

Proponho que o Projeto de Lei nº **641/2023**, de autoria do nobre vereador Juliano Lopes que visa nomear a avenida **Genoveva Marzinette Pimentel**, código do logradouro 093684, no Bairro Independência, localizada na Região do Barreiro, onde atualmente tem a denominação de Avenida "A", seja baixado em diligência, nos termos do art. 86, II, do Regimento Interno, ao Sr. Fuad Noman, Prefeito do Município de Belo Horizonte, com o objetivo de obter esclarecimentos sobre os seguintes aspectos do projeto:

1) A pessoa que se deseja homenagear com a denominação do próprio público foi condenada judicialmente por crime hediondo, por crime contra o estado democrático, a administração pública ou os direitos individuais?

2) Existe duplicidade de denominação de próprio público, a qual se entende por outorgar, tais como:

I - o mesmo nome a mais de um próprio público, a mais de uma passagem ou a mais de um bairro;

II - o mesmo nome a um logradouro oficial e a uma passagem;

III - mais de um nome ao mesmo próprio público, à mesma passagem ou ao mesmo bairro;

IV - denominação que se refira à mesma pessoa ou a entidade, fato, data e outros, nos casos a que se referem os incisos I, II e III do artigo 22 da Lei 9.691 de 19 de janeiro de 2009, ainda que sejam utilizadas palavras ou expressões distintas.

3) Foram observados os arts. 21, 22, 24, 25 e 29 da Lei 9.691/2009 na proposição em tela ?



4) *Por fim, existe algum aspecto não listado aqui e que constitua em impedimento à denominação ora pretendida?*

Belo Horizonte, 25 de agosto de 2023.


VEREADOR JORGE SANTOS

Relator



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Dirleg	Fl.

Proposta de Diligência ao Projeto de Lei nº 642/23 - Turno Único

Comissão de Legislação e Justiça

Proponho que o Projeto de Lei nº 642/2023 de autoria da Ver(a) Janaína Cardoso, seja baixado em diligência, nos termos do art. 86, II, do Regimento Interno, ao Exmo. Sr. Fuad Noman, Prefeito do Município de Belo Horizonte, com o objetivo de obter esclarecimentos sobre os seguintes aspectos do projeto:

1) A pessoa que se deseja homenagear com a denominação do próprio público foi condenada judicialmente por crime hediondo, por crime contra o estado democrático, a administração pública ou os direitos individuais?

2) Existe duplicidade de denominação de próprio público, a qual se entende por outorgar, tais como:

I - o mesmo nome a mais de um próprio público, a mais de uma passagem ou a mais de um bairro;

II - o mesmo nome a um logradouro oficial e a uma passagem;

III - mais de um nome ao mesmo próprio público, à mesma passagem ou ao mesmo bairro:

IV - denominação que se refira à mesma pessoa ou a entidade, fato, data e outros, nos casos a que se referem os incisos I, II e III do artigo 22 da Lei 9.691 de 19 de janeiro de 2009, ainda que sejam utilizadas palavras ou expressões distintas.

3) Foram observados os arts. 24 e 25 da Lei 9.691/2009 na proposição em tela?

Belo Horizonte, 23 de agosto de 2023

SERGIO FERNANDO
PEREIRA DE PINHO
TAVARES:8431552069
1

Assinado de forma digital por
SERGIO FERNANDO PEREIRA DE
PINHO TAVARES:8431552069
Dados: 2023.08.23 13:35:37
-03'00'

Vereador Sérgio Fernando Pinho Tavares

PROTOCOLIZADO CONFORME
DELIBERAÇÃO Nº 14/2021
DATA: 23.08.23
HORA: 14:16



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Dirleg	Fl.
--------	-----

Proposta de Diligência ao Projeto de Lei nº 643/23 - Turno Único

Comissão de Legislação e Justiça

Proponho que o Projeto de Lei nº 643/2023 de autoria do Ver(a) Wanderley Porto, seja baixado em diligência, nos termos do art. 86, II, do Regimento Interno, ao Exmo. Sr. Fuad Noman, Prefeito do Município de Belo Horizonte, com o objetivo de obter esclarecimentos sobre os seguintes aspectos do projeto:

1) A pessoa que se deseja homenagear com a denominação do próprio público foi condenada judicialmente por crime hediondo, por crime contra o estado democrático, a administração pública ou os direitos individuais?

2) Existe duplicidade de denominação de próprio público, a qual se entende por outorgar, tais como:

I - o mesmo nome a mais de um próprio público, a mais de uma passagem ou a mais de um bairro;

II - o mesmo nome a um logradouro oficial e a uma passagem;

III - mais de um nome ao mesmo próprio público, à mesma passagem ou ao mesmo bairro:

IV - denominação que se refira à mesma pessoa ou a entidade, fato, data e outros, nos casos a que se referem os incisos I, II e III do artigo 22 da Lei 9.691 de 19 de janeiro de 2009, ainda que sejam utilizadas palavras ou expressões distintas.

3) Foram observados os arts. 24 e 25 da Lei 9.691/2009 na proposição em tela?

Belo Horizonte, 23 de agosto de 2023

SERGIO FERNANDO
PEREIRA DE PINHO
TAVARES:84315520691

Assinado de forma digital por
SERGIO FERNANDO PEREIRA DE
PINHO TAVARES:84315520691
Dados: 2023.08.23 13:37:01 -03'00'

Vereador Sérgio Fernando Pinho Tavares

PROTOCOLIZADO CONFORME
DELIBERAÇÃO Nº 14/2021
DATA: 23/08/2023
HORA: 14:17



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Dirleg	Fl.

Proposta de Diligência ao Projeto de Lei nº 644/23 - Turno Único

Comissão de Legislação e Justiça

Proponho que o Projeto de Lei nº 644/2023 de autoria do Ver(a) Professor Juliano Lopes, seja baixado em diligência, nos termos do art. 86, II, do Regimento Interno, ao Exmo. Sr. Fuad Noman, Prefeito do Município de Belo Horizonte, com o objetivo de obter esclarecimentos sobre os seguintes aspectos do projeto:

1) A pessoa que se deseja homenagear com a denominação do próprio público foi condenada judicialmente por crime hediondo, por crime contra o estado democrático, a administração pública ou os direitos individuais?

2) Existe duplicidade de denominação de próprio público, a qual se entende por outorgar, tais como:

I - o mesmo nome a mais de um próprio público, a mais de uma passagem ou a mais de um bairro;

II - o mesmo nome a um logradouro oficial e a uma passagem;

III - mais de um nome ao mesmo próprio público, à mesma passagem ou ao mesmo bairro:

IV - denominação que se refira à mesma pessoa ou a entidade, fato, data e outros, nos casos a que se referem os incisos I, II e III do artigo 22 da Lei 9.691 de 19 de janeiro de 2009, ainda que sejam utilizadas palavras ou expressões distintas.

3) Foram observados os arts. 24 e 25 da Lei 9.691/2009 na proposição em tela?

Belo Horizonte, 23 de agosto de 2023

SERGIO FERNANDO
PEREIRA DE PINHO

TAVARES:84315520691

Assinado de forma digital por
SERGIO FERNANDO PEREIRA DE
PINHO TAVARES:84315520691
Dados: 2023.08.23 13:38:11 -03'00'

Vereador Sérgio Fernando Pinho Tavares

PROTOCOLIZADO CONFORME
DELIBERAÇÃO Nº 14/2021
DATA: 23.08.23
HORA: 14:18